

**15. Isenção de taxas e outras receitas municipais - Proposta de Indeferimento.**

Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as propostas de indeferimento dos pedidos de isenção, constantes do mapa em anexo, por não se encontrarem enquadradas no artigo H-1/16º e no artigo H-1/17º do Código Regulamentar do Município de Braga.

## PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

**N.º Informação:** 19135

**Data:** 26/02/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
<b>O(a) Vereador(a)</b>	<b>O Presidente, à reunião de Câmara,</b>
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	<b>O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara,</b> (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

<b>O(a) Diretor de Departamento</b>	<b>O(a) Diretor(a) Municipal</b>
-------------------------------------	----------------------------------

<b>O(a) Chefe Unidade</b>	<b>O(a) Chefe Divisão</b>
---------------------------	---------------------------

**Assunto: Isenção de taxas e outras receitas municipais - Proposta de indeferimento**

**PROPOSTA:** Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as propostas de indeferimento dos pedidos de isenção, constantes do mapa em anexo, por não se encontrarem enquadradas no artigo H-1/16º e no artigo H-1/17º do Código Regulamentar do Município de Braga.

**O Chefe de Divisão**

**Anexos:**

1. Isenções de taxas e outras receitas municipais, pedidos com proposta de indeferimento.

Indeferimento do pedido de Isenções por não estarem enquadradas no disposto dos n.º 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º

N.º Informação	Data Informação	NIF	Nome	Facto	Motivo indeferimento	Total
14570	15/02/2024	516697226	Rasto d'Opiniões, Lda.	Licença Especial de Ruído	Não reconhecimento do reconhecimento do manifesto e relevante interesse municipal do respetivo objeto	177,45 €
18309	23/02/2024	500746826	Confraria Nossa Senhora do Sameiro	Autorização de utilização de edificações, frações ou recintos fixos	O requerido não tem enquadramento na alínea d) do n.º 1 e no n.º 2 Artigo H-1/16º do CRMB, as taxas associadas ao pedido são referentes a e Obra de Alteração de Edifício destinado a Unidade Hoteleira, pelo que, consultando os estatutos da entidade, esta atividade não está diretamente relacionado com a prossecução das competências, fins ou finalidades estatutárias.	7 689,75 €
18971	26/02/2024			Emissão de Alvará de alteração	Nos termos do n.º 2 do artigo H-1/17º, a isenção de pagamento de taxas só poderá ser concedida uma vez cumpridas todas as formalidades legais e regulamentares, indispensáveis à aprovação da operação urbanística inerente, e na condição de, relativamente à operação urbanística em análise, não se ter verificado, em nenhum momento, o desrespeito pelo disposto no Título B-3 ou pela legislação aplicável e em vigor, tratando-se de um procedimento de legalização, considera-se que este pedido não reúne as condições para isenção do pagamento de taxas	238,68 €
19119	26/02/2024			Ocupação de espaço público para execução de operações urbanísticas - Centro Histórico	O requerente já beneficiou de isenção de taxas na emissão do Alvará de Licença de Ocupação da Via Pública N.º 229/2022, associado ao mesmo processo de licenciamento, o requerido não tem enquadramento na alínea iii) do n.º 1 do Art.º H-1/17.º do CRMB, pois trata-se de um pedido de prorrogação do prazo, e este prevê, no que se refere às taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes- as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, já determina, por exemplo, que essa isenção possa ser concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.	724,35 €